



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 4.763, DE 2023**

**(Do Sr. Bruno Farias)**

Altera o artigo 3-A da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 para conferir validade nacional a CIPTEA (Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista) e dá outras providências.

**DESPACHO:**

APENSE-SE AO PL-2907/2021.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Bruno Farias – AVANTE/MG

**PROJETO DE LEI Nº , DE 2023.**

**(Do Sr. BRUNO FARIAS)**

**Altera o artigo 3-A da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 para conferir validade nacional a CIPTEA (Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista) e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** O parágrafo 1º do artigo 3º-A, da Lei Federal n.º 12.764, de 27 de dezembro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.3º-A.....

.....

§ 1º A Ciptea será expedida exclusivamente pelas Secretarias de Estado de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal, mediante requerimento, acompanhado de relatório médico, com indicação do código da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), e deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

.....

V- a expressão "válida em todo território nacional";

VI – tipo sanguíneo e data da sua expedição.

....." (NR)

§3º .....

I – As Secretarias de Estado de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal devem criar mecanismos para solicitação e expedição da Ciptea, preferencialmente, de forma digital, podendo o cidadão solicitar também de forma presencial.

II – Deverá ser criado um software para dispositivos móveis, no qual serão as Cipteas disponibilizadas em formato digital, sem prejuízo da apresentação do documento físico.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Bruno Farias – AVANTE/MG

Arquivo eletrônico nº 007100720231002005501777-MIE/BA

PL n.4763/2023

### JUSTIFICAÇÃO

Nos últimos anos nosso país vem avançando no que diz respeito à defesa dos direitos das pessoas com deficiência, especialmente em relação às pessoas com transtorno do espectro autista, e uma das principais evoluções é a instituição da Lei 12.764/2012 que estabelece em todo território nacional a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, que é clara ao afirmar que pessoa com TEA é considerada pessoa com deficiência para todos os efeitos legais.

Em seu artigo 3º-A a lei mencionada institui a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), documento que visa garantir a atenção integral, o pronto-atendimento e a prioridade no atendimento e no acesso aos serviços públicos e privados, em especial nas áreas de saúde, educação e assistência social.

A lei prevê a expedição do documento pelos órgãos responsáveis pela execução da política nos estados, Distrito Federal e municípios, mas sua implantação ainda é lenta, o que gera dificuldades no momento da expedição.

Em cada estado a maneira pela qual é solicitado o documento, bem como o órgão expedidor é diferente, e visando simplificar o processo trazendo mais celeridade, este projeto estabelece que seja ela emitida por um único órgão, as Secretarias de Estado de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal.

Na maioria das vezes o transtorno pode não ser percebido externamente, razão pela qual várias pessoas são interpeladas, às vezes até grosseiramente.

Alguns fatores como o exemplo acima, podem ser solucionados corrigindo uma falha na legislação quanto à identificação específica para essas pessoas, assegurando validade nacional às Carteiras de Identidade e regulamentar sua expedição; incluindo apenas a expressão “válida em todo território nacional”.

Outro ponto importante é a inclusão da informação quanto ao tipo sanguíneo, dado extremamente necessário no momento da necessidade de prestação de socorro caso ocorra alguma fatalidade com os portadores de TEA e estes precisem de atendimento médico.

Já quanto à modalidade de solicitação e expedição da Ciptea, vemos a necessidade de garantir praticidade ao procedimento, estabelecendo a modalidade digital e presencial, bem como um aplicativo que garanta também a forma digital do documento.

Portanto, ciente das dificuldades enfrentadas, tanto do ponto de vista da saúde, quanto legal, é que peço apoio aos nobres pares para aprovação deste projeto de Lei.

Sala das Sessões, em        de        de 2023.

  
Deputado Bruno Farias – AVANTE/MG





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

<b>LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012 Art. 3º-A</b>	<a href="https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:201212-27:12764">https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:201212-27:12764</a>
-------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**FIM DO DOCUMENTO**